



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

11022 - Resumo Expandido - Trabalho - 4ª Reunião Científica da ANPEd Norte (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 02 - História da Educação

POLÍTICA EDUCACIONAL: O NOVO ENSINO MÉDIO NO TOCANTINS

Maria de Lourdes Leoncio Macedo - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO TOCANTINS

Jocyleia Santana dos Santos - UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

POLÍTICA EDUCACIONAL: O NOVO ENSINO MÉDIO NO TOCANTINS

1 INTRODUÇÃO

Segundo Smarjassi e Arzani (2021), o papel das políticas públicas educacionais é o de garantir o acesso à educação para todos os cidadãos. Na educação, essas políticas públicas consistem em programas ou ações elaboradas em âmbito governativo que auxiliam na efetivação dos direitos previstos na Constituição Federal (DALMON, SIQUEIRA BRAGA, 2018).

Com o avanço para a implantação do ensino médio integral, em 16 de fevereiro de 2017, foi aprovada a Lei nº 13.415, que estabeleceu o novo ensino médio no Tocantins.

Segundo a coordenadora estadual, responsável pela implantação da nova modalidade de ensino, Schierley Régia Costa Colino de Sousa, que também coordenou a elaboração do Documento Curricular do Território do Tocantins, etapa ensino médio, “a Secretaria Estadual de Educação realizou todo o trabalho sobre a Base Nacional Comum Curricular como prevê a referida Lei na oferta das áreas de conhecimento aos estudantes, sendo aprovada pelo Conselho Estadual de Educação em dezembro de 2021”.

A partir da aprovação da BNCC, o Estado deve colocar em prática o funcionamento do novo ensino médio, com a ampliação de carga horária e demais ofertas aos estudantes, como determina a Lei, iniciando, no ano de 2022, a implantação de 338 unidades de ensino da Rede estadual de ensino, que oferta a modalidade do ensino médio.

2 METODOLOGIA

O processo de aprovação e autorização dessa pesquisa teve início atendendo a Instrução Normativa 06 de 14 de julho de 2020 da SEDUC/TO. A pesquisa foi analisada pela Gerência de Formação e Apoio à Pesquisa e autorizada pelo Secretário Estadual de Educação, além da anuência de todos os diretores das respectivas Unidades de Ensino e os participantes que assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e o Termo de Aprovação da entrevista degravada (Documentos de posse da autora).

Ao propor um trabalho por meio de narrativas, estamos propondo o método e a metodologia de coleta da História Oral Temática (PORTELLI,1987; ALBERTI,1990, 2004; MACEDO,2020). **O estudo se baseou na coleta de dados por meio de questionário e entrevistas semiestruturada na metodologia. Foram aplicados questionários via Google Forms, com 25 professores que atuam no novo ensino médio em três unidades de ensino: Colégio Estadual São José, Escola Estadual Elisângela da Glória Cardoso e Col. Estadual Dom Alano Marie De Noday. Além disso, foram realizadas entrevistas com 03 professores da área de ciências humanas, exceto do Colégio Estadual São José, a coordenadora estadual responsável pela implantação do novo ensino médio e uma coordenadora pedagógica.**

É importante destacar que, nos questionários aplicados nas três unidades de ensino, tivemos a resposta de vinte e cinco professores que atuam no novo ensino médio, distribuídos da seguinte forma: 20% das respostas por professores graduados em Letras; 20% em Matemática; 12% em História; 8% em Pedagogia e 40% atuam em outras áreas da docência. Ressaltamos que todos possuem graduação, destes, 88,2% possuem especialização e 11,8% mestrado na área de educação, informações que reforçam as narrativas dos entrevistados de que o novo ensino médio tem priorizado os componentes curriculares de Língua Portuguesa e Matemática na formação dos estudantes, bem como a lotação dos professores.

A pesquisa é de natureza aplicada e, do ponto de vista do objetivo, foi exploratória. Do ponto de vista técnico, a pesquisa foi de revisão bibliográfica, documental e de campo e, na pesquisa documental, serão utilizados os documentos primários (GIL,2007 PRODANOV, 2013).

Espera-se que a articulação entre dados empíricos, autores que tratam da temática estudada e análise de conjuntura configurem-se como uma possibilidade, dentre várias, para os que se propõem minimizar o “distanciamento entre a fundamentação teórica e a prática da pesquisa” (GOMES, 2004, p. 69). Desse modo, Marcondes e Brisola (2014) esclarecem:

(...) na Análise por Triangulação de Métodos, (...) o primeiro aspecto se refere às informações concretas levantadas com a pesquisa, quais sejam, os dados empíricos, as narrativas dos entrevistados; o segundo aspecto compreende o diálogo com os autores que estudam a temática em questão; e o terceiro aspecto se refere à análise de conjuntura, entendendo conjuntura como o contexto mais amplo e mais abstrato da realidade(MARCONDES, BRISOLA, 2014, p.204)

Em relação à triangulação como estratégia de análise de um estudo, destacamos que a “confiabilidade (...) poderá ser garantida pela utilização de várias fontes de evidências, sendo

que a significância dos achados terá mais qualidade ainda se as técnicas forem distintas” (MARTINS, 2006, p. 80). Segundo Prodanov (2013), aduz que a convergência de resultados provenientes de fontes distintas oferece um excelente grau de confiabilidade ao estudo, (...).

É importante destacar que, na descrição de como ocorreu a implantação no Novo Ensino Médio, apresenta-se uma entrevista com a coordenadora estadual do E.M., ou seja, a pessoa que coordenou todo o processo e que, atualmente, não se encontra na coordenação, um sério problema na gestão pública estadual, em que as questões políticas sobressaem sobre as questões técnicas, ocorrendo rupturas no processo educacional. “A fragilidade gerencial soma-se a descontinuidade das políticas públicas, um verdadeiro empecilho que assola a maior parcela dos governos subnacionais brasileiros” (ABRUCIO 2018, p.52).

3 AS NARRATIVAS DO NOVO ENSINO MÉDIO NO TOCANTINS

Em se tratando de políticas públicas educacionais para o ensino médio, pode-se argumentar que o Ministério da Educação deu início ao novo ensino médio a partir da Portaria nº 971 de 09 de outubro de 2009, com o Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI), disponibilizando apoio técnico e financeiro, consoante à disseminação da cultura de um currículo dinâmico, flexível e que atendesse às expectativas e necessidades dos estudantes e às demandas da sociedade.

Neste caso específico, referindo-nos ao novo ensino médio, proposto partir da Lei nº 13.415/2017, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/9394/96), as mudanças ocorridas impactam na oferta do ensino médio e ampliação da carga horária. Com isso, os alunos passam a estudar de forma integral e o prazo máximo para iniciar este atendimento foi o início do ano 2022. A BNCC também é um dos focos no currículo da modalidade de ensino com oferta por área de conhecimento, projeto de vida e itinerários formativos.

Segundo as narrativas da professora Schierley Colino,

o processo de implantação foi até 31 de dezembro de 2021, em 2022 estamos no processo de implementação do Novo Ensino Médio, e a oferta vem com inúmeras mudanças, iniciando pela carga horária de 1.800 horas, e a cada ano/série, perfazendo um total de 5.800 horas(SHIERLEY,2022).

A entrevistada acrescenta, ainda, que a formação total dos três anos de curso no novo ensino médio, representa, para o Estado, “investimento em transporte, alimentação e recursos humanos, as trilhas de aprofundamento, o projeto de vida, e as ofertas de formação continuada ofertada aos professores e coordenadores”, destacando também a atuação por área de conhecimento e não mais por componente curricular. Segundo ela, o profissional “compreende melhor tanto a atuação na área como o fazer pedagógico em sala de aula”. Em

relação ao depoimento relacionado à questão do professor coordenador, o professor Sérgio faz interessantes colocações a respeito:

Sim, melhorou a atuação da coordenação por área. O coordenador, passou a atuar também como professor. Porque ele é coordenador professor de área, e eu acho que seria melhor se o coordenador por área fosse exclusivo para coordenar, poderia dar mais apoio, mas existe a ideia que eles dizem que o coordenador de área tenha mais contato com os estudantes, mas é muita sobrecarga de trabalho eu acho... para o coordenador de área. (SERGIO, 2022).

Questionou-se à coordenadora pedagógica da área de humanas que horas ela planeja suas aulas e faz as correções das atividades dos seus estudantes, pois a mesma atua em sala de aula no componente de História. Ela respondeu: “levo as atividades para casa, pois devido à quantidade de atividades na escola na função de coordenação não sobra tempo para as correções referentes às aulas de História” (IESLANE, 2022).

Em relação às entrevistas efetuadas com os professores, foi questionado que destacassem os pontos positivos e negativos desta política pública educacional para o ensino médio:

Com relação, por exemplo área de Humanas, na qual minha disciplina faz parte (história), houve um empobrecimento de material muito grande, a proposta da BNCC traz a interdisciplinaridade ela foi elevada ao extremo e aí com relação à área de humanas a gente tem um fascículo que vale para um semestre que ele em termos de quantidade é a metade do que seria um livro didático anterior. Eu considero que ficou numa proposta de material didático muito rasa. Os pontos positivos eu acredito que a ideia de se trabalhar a interdisciplinaridade ela é legal, é viável (JERSÉ, 2022).

Um único ponto positivo eu vejo nessa política educacional que é na primeira série, eu acho muito bom a matriz curricular, acho interessante porque não só pelo fato de primar a Humanas, mas tem um leque de possibilidades para os estudantes. (...) O ponto negativo, escola em tempo integral. E para completar, a partir da segunda série e terceira série a destruição da área de Humanas que é a formação crítica do estudante (EDNEI, 2022).

O que digo é que não vejo entusiasmo com essas mudanças para fazer por exemplo uma propaganda, porque agora nós vamos trabalhar com habilidades que vão revolucionar o ensino... para mim me parece que pode ficar a mesma coisa, corremos o risco de aumentar o trabalho de professor e de gastar muito tempo procurando objetos de conhecimento para desenvolver uma habilidade que poderia ser mais objetivo (SERGIO, 2022).

O posicionamento dos professores em relação à desvalorização da área de humanas na 2ª e 3ª série do ensino médio é algo desolador. A área de Ciências Humanas e Sociais

Aplicadas, na 1ª série, é composta de 2 aulas de história, 2 aulas de geografia, 1 aula de sociologia e 1 aula de filosofia; na 2ª série, há apenas uma aula de cada componente da área e, para agravar essa realidade, na 3ª série, planeja-se apenas uma aula de geografia e os demais componentes não constam mais no currículo. Desse modo, percebe-se o total extermínio dos componentes curriculares de história, filosofia e sociologia, conteúdos que constroem o pensamento crítico e analítico dos estudantes, postura educacional e política que mina a capacidade crítica da nossa juventude.

Além disso, a estrutura curricular do novo ensino médio do Estado do Tocantins, nas Unidades Curriculares Integradoras, prioriza as práticas experimentais em matemática, biologia, física, química e português (TOCANTINS, 2021). Pode-se destacar que, nas observações da referida estrutura, menciona-se sobre a História e Geografia do Tocantins e as Leis: nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008.

Foi questionado aos professores se eles consideram que haverá melhoria do ensino com esta nova proposta do novo ensino médio e a BNCC e os mesmos apresentaram indicadores muito interessantes:

Eu acho que de maneira nenhuma haverá melhoria pela nova proposta (...) o aluno perde em todos os sentidos, aliás o ensino integral é uma falácia. Observa o exemplo da área de humanas o aluno perde muito, ele perdeu, na medida que o governo não ofereceu estrutura para ampliação da carga horária, o estudante e o professor perderam, e o professor está com um material ruim, com a carga horária menor, em se tratando de História. (JERSÉ, 2022).

Sim, há melhoria no atendimento educacional, mas a fragmentação e inibição da formação geral básica. O Novo ensino médio é um boicote à formação dos estudantes. Uma forma de não prepararmos jovens com formação geral básica, com autonomia, com solidariedade e competência. Enfim, jovens sem competitividade, ou melhor, sujeitos alienados (EDNEI, 2022).

Nós sabemos que a educação no Brasil tem muitas dificuldades, alguma coisa deveria ser feita para corrigir isso aí, no entanto para saber se realmente vai fazer diferença, temos que esperar a conclusão da implementação e fechar até a terceira série do Ensino Médio e depois ver os resultados. (SERGIO, 2022).

De maneira geral, há uma crítica em relação à proposta do novo ensino médio. O professor Sérgio destaca uma questão sensata: precisamos aguardar finalizar a terceira série do novo ensino médio para que, a partir de pesquisas e análises, afirmemos ou refutemos a proposta desta nova política pública educacional para o ensino médio.

O ensino de história apresenta reflexão e conhecimento formativo para os estudantes, constrói uma identidade social, endereça para a análise política, a participação democrática e discute a cidadania. Nesse sentido, o ensino de história traz significado de vida (FONSECA 1993; NIKITIUK 1996; ROCHA 1996; VASCONCELOS 2007; BITTENCOURT 2009) e, diante das colocações dos autores, das narrativas dos professores entrevistados e da estrutura

curricular com foco na área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, questionamos: que estudantes críticos e cidadãos estamos desejando formar com esta proposta?

4 DISCUSSÕES E RESULTADOS

O objetivo geral do estudo foi discutir as políticas públicas educacionais na implantação e implementação do novo ensino médio no referido Estado. Os entrevistados mostraram dados interessantes e desoladores referentes ao componente curricular de História e a área de ciências humanas e sociais aplicadas, pois se entende como um verdadeiro desmonte dos componentes que oportunizam discussões e análise crítica na formação dos estudantes.

Dessa maneira, como destacado no referencial teórico, a estrutura curricular mostra a desvalorização da área de humanas. Ademais, no rodapé da estrutura, há destaques sobre a Lei 10.639/2003, que discute sobre a história e Cultura Afro-brasileira, e a Lei nº 11.645/2008, que dá continuidade e obrigatoriedade da História e Cultura Afro-Brasileira e acrescenta a Indígena. Questiona-se: com uma carga dos componentes da área no antigo ensino médio, estas temáticas, referidas nas Leis em destaques, não eram discutidas como se deve e, com uma estrutura da forma que se apresenta, de que forma esses temas serão abordados?

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os professores destacaram que o sistema deveria propor mudanças, no entanto, não vislumbram que possam ocorrer melhorias na qualidade do novo ensino médio.

Por outro lado, a prática do professor que atua na função e na educação há anos, pode direcionar os caminhos que estamos traçando, visto que a sua opinião e vivência são um campo vasto de análise do objeto em estudo. Portanto, as ponderações e as inferências dos professores podem ser um balizador para rever e reformular a proposta de implementação, visando sempre a melhoria do atendimento educacional, tanto para o sistema quanto para a sociedade de maneira geral.

PALAVRAS-CHAVES: Políticas Públicas. Novo Ensino Médio. Escola Pública. História.

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, F. L. Uma Breve história da Educação como política Pública no Brasil. *In*: DALMON, D. L.; SIQUEIRA, C.; BRAGA, F. M. **Políticas Públicas Educacionais no Brasil** - O que podemos aprender com casos reais de implementação? São Paulo. Edições SM, 2018.

ALBERTI, V. **História oral**: a experiência do CPDOC. Rio de Janeiro: FGV, 1990.

BITTENCOURT, C. **Ensino de História**: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2009.

BRASIL, Presidência da República. [Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.](#)

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm Acesso em: 24 mar. 2022.

BRASIL. Presidência da República. **Lei 10.639-09 de janeiro de 2003.**

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm Acesso em: 20 jun.2022.

BRASIL. Presidência da República. **Lei 11.645/2008.**

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm
Acesso em: 20 jun.2022.

DALMON, D. L.; SIQUEIRA, C.; BRAGA, F. M. **Políticas Públicas Educacionais no Brasil - O que podemos aprender com casos reais de implementação?** São Paulo. Edições SM, 2018.

FONSECA, S. G.. **Caminhos da história ensinada.** Campinas, SP: Papirus, 1993.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 4. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2007.

GOMES, R. A Análise de Dados em Pesquisa Qualitativa. In: MINAYO, M. C. S. (Org.) et al. **Pesquisa Social: Teoria, Método, e Criatividade.** Petrópolis: Vozes, 2004.

MACEDO, M. de L.L. **Narrativas do Ensino de história: Vozes de docentes e discentes das escolas estaduais de Palmas, Tocantins.** 1ª edição. Palmas: Nagô Editora, 2020.

MARCONDES, N. A.V.; BRISOLA, E. M. A. Análise por triangulação de métodos: um referencial para pesquisas qualitativas. **Revista Univap.** São José dos Campos-SP-Brasil, v. 20, n. 35, jul.2014.

NIKITIUK, S. M. L. **Repensando o Ensino de História.** São Paulo: Cortez, 1996.

PORTELLI, A. **O que faz a história oral diferente?** Tradução: Maria Therezinha Janine Ribeiro, Revisão Técnica: Dea Ribeiro Fenelon. Projeto história, São Paulo, 1997.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico.** Universidade FEEVALE. 2ª edição. Novo Hamburgo, RS, 2013.

ROCHA, U. Reconstruindo a História a partir do imaginário do aluno. In: NIKITIUK, S. M. L. **Repensando o Ensino de História.** São Paulo: Cortez, 1996.

SEDUC. **Educação promove encontro para avaliar programa Escola Jovem em Ação no Tocantins.** Seduc, 2017. Disponível em: <https://www.to.gov.br/seduc/noticias/educacao-promove-encontro-para-avaliar-programa-escola-jovem-em-acao-no-tocantins/4vn3bwa5mznl> Acesso: 02 maio.2022.

SMARJASSI, C.; ARZANI J. H. As políticas públicas e o direito à educação no Brasil: uma perspectiva histórica. **Revista Educação Pública.** 27abril. 2021. Disponível: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/15/as-politicas-publicas-e-o-direito-a-educacao-no-brasil-uma-perspectiva-historica> Acesso em: 25maio. 2022.

TOCANTINS, SEDUC. **ESTRUTURA CURRICULAR PARA O ENSINO MÉDIO - Novo Ensino Médio em Regime de Tempo Integral,** Palmas, Tocantins, 2021.

VASCONCELLOS, J. A. **Metodologia do Ensino de História.** Curitiba: Ibpx, 2007.

